

Ata Número Catorze

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e dezasseis, na sede da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, sita na Rua do Comércio em Bidoeira de Cima, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Bidoeira de Cima. Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Campos, Luís Carreira Moreira, Fátima Oliveira, Abel de Oliveira Vieira, Aldino Anselmo, Jorge Ferreira Carreira, Fernando Filipe Oliveira Domingues e Rui Manuel Passadouro da Fonseca.

Por parte da Junta de Freguesia, estiveram presentes o Sr. Presidente Jorge Manuel Vieira Crespo e o Sr. Secretário Jorge Adelino de Jesus Duro.

A sessão foi presidida pelo Sr. Pedro Campos, Presidente da Assembleia de Freguesia e secretariada pelos Srs. Deputados Luís Moreira e Fátima Oliveira.

Havendo quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1. – Apresentação e apreciação dos relatórios de Actividades e Financeiro da Junta de Freguesia, referentes ao período de 21/09/2016 a 16/12/2016.

Ponto 2. – Mapa de pessoal de 2017.
Apresentação, discussão e votação.

Ponto 3. – Orçamento e Planos Plurianuais de Ações e Investimentos para 2017.
Apresentação, discussão e votação.

Ponto 4. – Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

Antes de entrar na ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia mostrou o seu agrado pelo facto de haver assistência e deulhes as boas-vindas.

Iniciou a sessão informando que a Assembleia de Freguesia recebeu uma carta do Senhor Manuel de Jesus da Silva com data de 14 de Novembro de 2016 referente ao processo judicial para abertura do caminho da Cavada em Bidoeira de Baixo. Após a

sua leitura informou que em anexo tinham sido enviados cópias de abaixo-assinado e mais documentação referente a esse processo que opõe a Junta de Freguesia ao Sr. Salvador Viana.

Continuou, pedindo ao Presidente da Junta de Freguesia que explicasse de uma forma sucinta o que aconteceu.

O Presidente da Junta começou por explicar a localização do caminho alvo da carta, que inicia junto à Zona Industrial de Bidoeira de Cima, junto à actual Ruisilauto, em direção à Bidoeira de Baixo atravessando o ribeiro que separa a Texugueira de Bidoeira de Baixo. Informou que em 1995 ou 1996, o proprietário de uns terrenos decidiu vedar uma parte do caminho, interditando assim a passagem. Na altura a Junta de Freguesia falou com o proprietário no sentido de o sensibilizar para a reabertura do caminho, mas, como não conseguiram chegar a um consenso, a Junta de Freguesia decidiu colocar uma acção judicial contra o proprietário no sentido de o obrigar a reabrir o caminho para utilização pública. Essa acção esteve imensos anos para ser julgada, o que aconteceu há cerca de dois anos, sendo que a audiência final ocorreu há cerca de um ano, tendo a Sra. Juíza considerado que a razão estava do lado da Junta de Freguesia e da população bidoeirense. Acrescentou ainda que neste momento a Junta de Freguesia continua à espera de uma avaliação do Tribunal quanto aos custos da reabertura e da respectiva autorização para poder reabrir o caminho. Acrescentou ainda que a decisão do tribunal indexa os custos da reabertura do caminho ao proprietário dos terrenos e que a última informação do advogado da Junta de Freguesia é que se prevê que durante o mês de fevereiro o tribunal nomeie o perito.

Após as explicações do Presidente da Junta, o Presidente da Assembleia acrescentou que, após a sentença, o Sr. Viana apresentou um recurso no Tribunal da Relação de Coimbra, que julgou o caso e manteve a decisão do Tribunal de Leiria, ordenando a execução da sentença. Esse processo decorre em Ansião que é o tribunal competente para as execuções de vários concelhos do distrito de Leiria, o que acaba por justificar um pouco a demora dos processos. Acrescentou que depois de nomeado o perito, ele tem 30 dias para apresentar a avaliação, após a avaliação a Juíza irá notificar a Junta de Freguesia para saber se concorda com o valor atribuído para a intervenção e, só posteriormente, haverá lugar à abertura do caminho por meios coercivos, com intervenção da autoridade pública, o que demora mais uns três ou quatro meses.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Jorge Carreira que afirmou ter questionado o Presidente da Junta sobre o ponto de situação deste processo na última Assembleia de Freguesia e que lhe tinha sido dito que estava resolvido. No entanto após todas estas explicações verifica que tal não corresponde à verdade. Acrescentou ainda que segundo a carta enviada pelo Senhor Manuel de Jesus da Silva o problema daquele caminho não é apenas na zona em que foi cortado, parece que o resto do caminho está obstruído também por falta de manutenção e dado que é um caminho público a Junta de Freguesia devia arranjar o caminho.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que explicou que o que disse na última assembleia é que a acção tinha decorrido e tinha sido dado provimento

à petição da Junta de Freguesia, não foi dito que já tinha sido dada a autorização para a reposição do caminho. Em relação ao resto do caminho, explicou que o caminho está absolutamente transitável no restante percurso, não tem as condições ideais mas qualquer viatura 4x4 transita sem problemas.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Luís Moreira questionando que, se o processo já vem desde 1995, qual é a razão pela qual só agora é que está a ser posto em causa o resto do caminho.

O Presidente da Junta explicou, com base na informação que obteve, que pouco tempo antes do caminho ter sido interrompido houve uma intervenção de fundo por parte da Junta de Freguesia e provavelmente dos proprietários confinantes, nomeadamente através da colocação de manilhas no sentido de dar transitabilidade ao caminho. Logo após essa intervenção o caminho foi fechado e, como há uma bifurcação e um caminho alternativo, todos estes anos as pessoas utilizaram essa alternativa, apesar de ser uma solução menos boa e mais difícil de transitar, uma vez que é muito mais inclinado e mais longo. Acrescentou ainda que tem a percepção de que, se na altura tivesse sido feita mais pressão, este problema hoje já não existia.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Jorge Carreira que reforçou a ideia de que embora não sendo tão utilizado, a Junta de Freguesia deveria arranjar o caminho até onde dá, até para facilitar os acessos de combate a incêndios florestais, assim como muitos outros caminhos na freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Manuel de Jesus da Silva, que estava a assistir, que esclareceu os presentes de que tem muitos anos de Junta de Freguesia e sabe perfeitamente como decorrem estes processos, nem sempre é fácil resolver os problemas, mas também não se pode ter medo de os resolver. Acrescentou que sendo um caminho público as pessoas deviam poder utilizá-lo, se têm lá propriedades não deveriam ter de utilizar outro caminho quando têm um de acesso mais directo. Considera que a Junta de Freguesia devia fazer mais pressão para, de uma vez por todas até porque já passaram mais de 20 anos, a situação seja resolvida.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que se for para fazer de forma legal, não dá para fazer de outra forma que não esperar pela ordem judicial.

Ainda sobre este assunto tomou a palavra o Presidente da Junta que frisou que a Junta de Freguesia tem todo o interesse e disponibilidade para repôr a legalidade, considera que o que foi feito há muitos anos atrás foi de uma ilegalidade completa e que ninguém tem o direito de se apoderar daquilo que é público e, respondendo à intervenção do Senhor Manuel, explicou que a Junta de Freguesia não tem nenhum medo do proprietário, mas tem que ter o respeito absoluto pela entidade que tem a jurisdição para resolver o problema. E, continuou, se o tribunal diz que só após a nomeação de um perito e após a autorização do tribunal é que a Junta pode repor o caminho, o executivo não está disponível para desrespeitar aquilo que é uma determinação do tribunal. Garante que no dia em que houver autorização por parte do

tribunal para repôr o caminho, a Junta de Freguesia estará disponível para o fazer de imediato.

Ainda antes de entrar na ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia informou os presentes que em seu nome pessoal irá apresentar uma recomendação ao executivo da Junta de Freguesia no sentido de solicitar à Câmara Municipal de Leiria, com máxima urgência, a colocação de sinalização vertical, horizontal e lombas de redução de velocidade na Rua Principal do Carriço, dado que se têm verificado muitos excessos naquela via que colocam todos em perigo. Recomendou ainda a pintura de uma passadeira de peões junto ao café do Carriço.

Sendo que não houve mais inscrições para os assuntos antes da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a acta numero treze da Assembleia de 26 de Setembro de 2016, tendo sido a mesma aprovada com duas abstenções.

De seguida passou-se ao **ponto um** da ordem de trabalhos: Apresentação e apreciação dos relatórios de Actividades e Financeiro da Junta de Freguesia, referentes ao período de 21/09/2016 a 16/12/2016.

De uma forma sucinta o presidente deu conta das reuniões, com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, relativamente às obras do IC2 que estão há imenso tempo por se realizar, que urgem ser feitas quer por razões de segurança, quer pelo piso que está completamente degradado, no sentido de pressionar a empresa e Infraestruturas de Portugal a avançar com essas obras. Esclareceu que nessas reuniões também falaram no acesso à A1 no Barracão e que relativo a este assunto, foi debatido e entregue uma moção na última Assembleia Municipal, tendo em vista de dar maior peso político a essa necessidade.

Deu conta, ainda, da inexistência de uma direcção para a Associação de Pais das escolas da freguesia, referindo que neste momento existe uma comissão administrativa a gerir a associação. Esta Comissão Administrativa já informou a Câmara Municipal da intenção de deixar de ser parceiro na prestação de serviços de apoio às refeições escolares, apoio à família e prolongamentos escolares. Neste momento está marcada uma reunião entre a Câmara Municipal, a Associação de Pais e a Junta de Freguesia para debater o futuro próximo, nomeadamente ver qual é a possibilidade da Associação de Pais, ainda que com uma Comissão Administrativa, levar o programa do Atl e do acompanhamento das refeições até ao final do ano letivo, dando tempo para elaborar os procedimentos necessários para esses serviços virem a ser incluídos no próximo concurso a levar a cabo pela Câmara Municipal.

Por último, deu conta, embora não esteja expresso no relatório de actividades, que a Junta acompanhou as obras de asfalto da empreitada da Câmara Municipal para a nossa freguesia, que este ano incluiu as vias de ligação da Bidoeira de Cima à Bidoeira de Baixo, da Bidoeira de Cima à Texugueira e ainda dois acessos a moradias que ainda não tinham alcatrão. Estes trabalhos foram executados no início de Dezembro e ainda faltam os últimos pormenores de construção civil, nomeadamente construção de

valetas, caixas de escoamento de águas pluviais e regularização de bermas com tout-venant.

Relativamente ao relatório financeiro, referiu que expressa a realidade financeira da Junta de Freguesia, sendo que neste momento, por força de algumas despesas adicionais com o Parque de Lazer, expressa um saldo negativo que será regularizado rapidamente com a próxima transferência do Fundo de Financiamento de Freguesias.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Luís Moreira que chamou a atenção relativamente ao asfaltamento da via que vai para a Bidoeira de Baixo, referindo que deve ter havido alguma falta de coordenação, existe uma lacuna na subida uma vez que o asfalto é mais estreito do que o que existia.

O Presidente da Junta explicou que o procedimento camarário prevê vias com cinco metros de largura, mas como no início da obra no sentido Bidoeira de Cima para Bidoeira de Baixo, a via era bastante mais larga por ter sido asfaltada até ao lancil da moradia existente, existe de facto uma discrepância. Acrescentou que ainda chegou a tempo de evitar que ficasse lá um ângulo bem maior e que a ligeira curvatura existente minimiza os efeitos visuais. Nessa zona o perigo vai ser minimizado com a colocação de tout-venant nessa berma. Acrescentou ainda que na estrada que liga a Bidoeira à Texugueira existe uma situação semelhante que também terá de ser regularizada, nessa zona existe ainda uma valeta muito funda e muito perigosa, o que está previsto no projecto para esse local é uma valeta, mas a Junta de Freguesia não concorda e vai construir caixas e colocar tubo a ligá-las, precisamente para que fique com a berma elevada e tout-venant por cima do tubo.

O Sr. Deputado Luís Moreira acrescentou que na sua opinião há falta de gosto por parte da empresa que executa os trabalhos, ou da Câmara e até da Junta de Freguesia, uma vez que a extensão a que se referiu não é assim tão longa e o trabalho poderia ser bem feito e de uma vez por todas como deve ser.

O Presidente da Junta acrescentou que não estava no local no momento em que foi feito e quando viu o trabalho também não gostou.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Jorge Carreira afirmando que, relativamente às vias asfaltadas, já foi esclarecido. Relativamente ao relatório de actividades, nomeadamente no que diz respeito às obras do IC2 e acesso à A1, referiu que o que foi dito na explicação do relatório de actividades não coincide com uma entrevista que o Presidente da Junta deu a um jornal em que, relativamente a este mesmo assunto, apelou à reavaliação o projecto da rotunda do Barracão, uma vez que considera que as características de reduzidas dimensões da rotunda, podem implicar enormes constrangimentos para a fluidez do trânsito. Acrescentou que nessa mesma entrevista foi ainda afirmado pelo Presidente da Junta que desde que foram colocados os semáforos nesse local, os acidentes são raros e a fluidez do trânsito é segura, concluindo que considera que a situação existente é satisfatória. Após esta exposição de factos, referiu que os presidentes de junta nunca devem estar completamente

satisfeitos, há sempre coisas a melhorar e também os semáforos são falíveis, já para não falar do desrespeito dos condutores pelos semáforos quando há pouco trânsito.

O Presidente da Junta contrapôs referindo parecer-lhe que o único problema que existe é uma questão de interpretação de português por parte do Deputado Jorge Carreira, uma vez que não foi nada contraditório. Referiu que o que disse na entrevista ao jornal, foi exactamente o que disse na reunião de Assembleia Municipal: Que é fundamental reforçar a segurança do IC2. Nas referidas reuniões foram avaliadas as soluções apresentadas, nomeadamente a construção de rotundas e eliminação de semáforos, que quer a Câmara Municipal, quer as junta de freguesia estão de acordo. Mas analisando a rotunda prevista para o Barracão, a Junta de Freguesia da Bidoeira antevê problemas, dado que está prevista a construção de uma micro rotunda, enquanto que no caso das rotundas da Boa Vista há espaço para a construção de duas rotundas com as condições devidas, no caso do Barracão isso já não acontece. Explicou ainda que, na sua opinião, com a construção dessa micro rotunda vai ser mais difícil e morosa a entrada no IC2 para quem vem do lado da Bidoeira, sobretudo em horas de ponta. Voltou a frisar que, na sua intervenção na reunião de Assembleia Municipal, foi bem claro quando disse que ou se faz uma rotunda com duas vias para permitir uma boa fluência de trânsito ou é preferível ter os semáforos, acrescentou ainda que é apenas a sua opinião.

Posto isto, pediu a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira que solicitou que, enquanto a questão da valeta funda na rua que liga a Bidoeira à Texugueira não for resolvida, seja colocada sinalização vertical alertando os condutores para o perigo que lá está.

O Presidente da Junta explicou à deputada Fátima que tem a indicação de que essas obras serão feitas logo no início do ano.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Abel Vieira que após cumprimentar todos os presentes, relativamente aos relatórios apresentados disse estar esclarecido, apenas questionou se os planos de alcatroamentos agora efetuados faziam parte do plano de alcatroamentos de 2016 ou se será do próximo ano. E ainda relativamente à situação da Associação de Pais e ao seu término, também pediu para ser melhor esclarecido no sentido de perceber se é uma realidade que está para acontecer, ficar já a partir de Janeiro sem ATL e refeições, ou se já foram tomadas algumas providências no sentido de resolver este problema.

Em relação aos programas que estão a ser executados no protocolo com a Associação de Pais, o Presidente da Junta esclareceu que as crianças não vão deixar de usufruir desses serviços no início de Janeiro porque a Câmara Municipal, por força da lei, é a entidade responsável pelos programas e caso a Associação de Pais decida mesmo terminar a curto prazo com esses protocolos, a Câmara Municipal assegurará esses serviços com os meios que tem ao seu dispor. Acrescentou que a solução ideal e o que está a ser trabalhado é que a Associação de pais leve o programa até ao final do ano lectivo, para que a transição seja preparada de uma forma mais calma, serena e pacífica e as escolas da freguesia sejam integradas no próximo concurso da Câmara Municipal para o início do próximo ano lectivo, cujo processo é iniciado em Fevereiro.

Relativamente ao plano de alcatroamentos, esclareceu que é do biénio 2015/2016. Esclareceu ainda que neste plano estava também incluído um alcatroamento de acesso a uma casa que ainda está em construção, mas como vai ser construída outra na mesma rua, o executivo decidiu adiar este alcatroamento para o ano que vem, para evitar que os trabalhos de construção deterioresem logo o novo piso.

Ainda sobre o problema da Associação de Pais, o Sr. Deputado Jorge Carreira questionou se a Junta de Freguesia não pode assumir as funções.

Perante esta observação, o Presidente da Junta explicou que é uma das soluções que poderá estar em cima da mesa, acrescentou que há várias situações que têm de ser avaliadas.

Estando esta questão esclarecida, o Sr. Deputado Filipe Domingues questionou se há algum motivo para a parte da Rua Central na Texugueira não estar alcatroada.

O Presidente esclareceu que a única razão pela qual ainda não foi feito é financeira, uma vez que no plano de alcatroamentos da Câmara Municipal cada freguesia tem direito, em função da dimensão, uma determinada quantidade e, perante essa realidade, o executivo da Junta de Freguesia tem de elencar prioridades. Como esse troço não deu para incluir no programa de alcatroamentos de 2015/2016, será incluído no próximo programa.

Posto isto, passou-se ao Ponto 2. – Mapa de pessoal de 2017. Apresentação, discussão e votação.

Uma vez que não há qualquer alteração no mapa de pessoal, o Presidente da Assembleia passou de imediato à votação deste ponto, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 3. – Orçamento e Planos Plurianuais de Ações e Investimentos para 2017 -Apresentação, discussão e votação.

O Presidente da Junta passou a explicar de uma forma muito rápida que o orçamento de receita e despesa é rigorosamente igual ao do ano anterior, a taxa de execução deste ano rondará os 85%, a única coisa que difere é a inscrição de verbas em algumas rubricas, nomeadamente o reforço do valor para a aquisição de equipamentos para o cemitério e diminuição do valor para grandes obras a executar pela Junta de Freguesia. Explicou ainda que o facto de a Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima não ter receitas próprias, faz com que a Freguesia dependa daquilo que a Câmara Municipal possa fazer, pelo que os valores refletidos no orçamento são para pequenas obras de manutenção, limpeza e reparações.

Após esta breve explicação, o assunto foi posto a discussão e para tal pediu a palavra o Sr. Deputado Filipe Domingues, pediu esclarecimento sobre a rubrica que reflete os valores dos CTT, em que no orçamento da despesa prevê a aquisição de produtos dos CTT no valor de 7750€ e na receita prevê apenas vender produtos no valor de 7000€.

O Presidente referiu que é uma observação muito pertinente em relação à discrepância apresentada. Esclareceu que nos últimos dias antes de elaborar o orçamento, foi-lhe entregue pela funcionária da Junta uma quantidade de documentos de aquisição de valores, que levaram ao aumento da previsão do valor das aquisições e que, por lapso, não teve correspondência no aumento da previsão de valor das vendas.

Ainda relativamente ao orçamento o Sr. Deputado Filipe Domingues questionou o Presidente da Junta a cerca do aumento de 20% nos pagamentos à Segurança Social e de 50% no seguro de acidentes de trabalho, uma vez que os valores dos salários são os mesmos.

O presidente da Junta explicou que esses valores foram colocados com base nos valores pagos em 2016.

Por fim e antes da votação deste ponto, o Sr. Deputado Jorge Carreira questionou o Presidente se este vai aumentar o subsídio de alimentação em 20 cêntimos conforme determina a lei a partir de Janeiro, e a resposta que obteve foi positiva.

Posto isto o ponto três foi aprovado com 5 votos a favor dos deputados eleitos pelo Partido Socialista e 3 contra dos deputados eleitos pelo Partido Social Democrata.

Ponto 4. – Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

Para este ponto inscreveu-se o Sr. Deputado Abel Vieira que perguntou ao Presidente da Junta se pode esclarecer todos os deputados relativamente ao plano de alcatroamentos para o ano de 2017. Falou também na Rua da Cerradita na Bidoeira de Baixo, sendo que é uma rua muito estreita e nem quando as bermas estão limpas dá para se cruzarem 2 carros facilmente, sugeriu que a mesma passasse a ser de sentido único. Esclareceu que convidou o proprietário da única moradia existente naquela rua a assistir a esta Assembleia, que partilha da mesma opinião e é o maior lesado pela situação.

Uma vez que estava presente, foi dada a palavra ao Senhor Pedro Inácio que referiu concordar que a rua passe a ser de sentido único desde que o sentido seja da Rua da Eirinha para a Travessa do Cinzeiro, considera ser menos perigoso ser nesse sentido uma vez que há mais visibilidade e a entrada e saída da sua moradia seria mais segura.

O Sr. Deputado Luís Moreira também se pronunciou em relação a esta sugestão, sendo ele utilizador daquela via, também reitera da opinião de que o sentido deve ser o sugerido pelo proprietário da moradia, acrescentando ainda que na sua opinião não faz sentido ser no sentido inverso.

O Presidente da Junta esclareceu que esse assunto nunca foi discutido em reunião de executivo, mostrando-se contudo disponível para o de fazer e avaliar a situação e, posteriormente, fazer chegar a informação tanto à Assembleia de Freguesia como ao Senhor Pedro Inácio.

Relativamente à sugestão dada pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia relativamente às lombas na Rua Principal do Carriço, o Presidente da Junta esclareceu que também falará desse assunto na Câmara Municipal que é quem tem o poder para decidir e verificar essa necessidade. Acrescentou que na sua opinião estes dois assuntos podem ser apresentados em conjunto assim como a Rua da Cova em Bidoeira de Cima. Em relação à Rua Principal do Carriço explicou que a depressão que se criou ao pé do café do Carriço vai ser reparada em Janeiro e deu conta também que a Junta de Freguesia está a avaliar com a Câmara Municipal a necessidade de se fazer uma intervenção em termos de piso quer na Rua Principal do Carriço quer na Rua Principal da Bidoeira de Cima. Estas pretensões estão fora do programa de alcatroamentos, reforçou que a Junta de Freguesia está a fazer bastante pressão para que tal aconteça porque estas duas vias são das que estão em pior estado na freguesia e tendo em conta o trânsito que têm, considera fazer todo o sentido estas intervenções.

Relativamente ao plano de alcatroamentos para 2017, esclareceu que o que está a planeado é, além daquele troço da Texugueira, duas ruas que não foram intervencionadas pelo saneamento básico em Bidoeira de Cima, que é a Rua da Loureira e a Rua dos Caetanos. Nestas duas ruas o que está previsto além do alcatroamento é o escoamento de águas pluviais e o saneamento que ficará à espera de ligação. A Junta de Freguesia considera que não faz sentido fazer qualquer tipo de intervenção nessas ruas sem que a obra do saneamento fique feita para posteriormente ser ligada e para evitar depois novos cortes no alcatrão novo. O Programa para 2017 é muito mais pequeno do que o anterior porque é só de um ano e o anterior era para dois.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Jorge Carreira que referiu que, para ele, não faz sentido a existência da placa de indicação de Bidoeira de Cima junto ao café Volta uma vez que a localidade começa antes da Litoprel, sendo que já se encontra dentro da localidade considera que não está lá a fazer nada.

Também chamou a atenção para o estado deteriorado em que se encontra a carrinha que transporta o kit de primeira intervenção a incêndios, considera que deve estar preparada para a qualquer momento ser utilizada.

Relativamente à iluminação pública também alertou o presidente da Junta para a necessidade de fazer um levantamento e comunicar à EDP uma vez que há algumas que estão fundidas há muito tempo.

Relativamente à questão que já foi falada nesta reunião, em relação à colocação de lombas referiu que é contra a colocação de lombas na Freguesia dado que há outros meios para limitar a velocidade.

O Presidente da Junta começou por concordar com o deputado Jorge Carreira relativamente à placa que indica Bidoeira de Cima e já fez chegar à Câmara Municipal a necessidade de a substituir por uma placa indicativa de Bidoeira-Centro. Referiu que essas placas foram colocadas no âmbito da requalificação da estrada 1038 e existem algumas situações que estão desconformes e essa é uma delas. Na mesma altura também pediu a rectificação das placa que indicam Mata da Bidoeira, que a referem como sendo um espaço florestal e não como uma povoação.

Relativamente à carrinha que transporta o Kit de primeira intervenção a incêndios, referiu que já não é a primeira vez que o Deputado Jorge Carreira fala nesse assunto

nas Assembleias de Freguesia e esclareceu que o executivo da Junta de Freguesia ainda não se esqueceu e não anda desatento. O que acontece é que a Junta de Freguesia ainda não tem um espaço próprio para guardar a carrinha e a viatura, por força da idade que tem, larga gasóleo e suja o piso da garagem onde esteve recolhida. Referiu que estão à espera que essa anomalia seja recuperável a um custo aceitável para que se possa voltar a pedir à pessoa que faz o favor à junta de Freguesia de guardar a carrinha.

No que diz respeito à iluminação pública, explicou que anteriormente a EDP fazia rondas para verificar as lâmpadas fundidas, como o país vive em contenção de custos e a EDP não é excepção, deixou de o fazer. Neste momento as reparações são feitas quando a população liga para um número próprio para o efeito que vem indicado na factura, ou quando a Junta de Freguesia toma a iniciativa de o fazer quando verifica as situações. Esclareceu que o executivo da Junta de Freguesia já passou durante a noite a todos os arruamentos a verificar essas situações e reportou as avarias, acrescentou que está programado criar uma plataforma na internet, quer através de um mail, facebook ou portal da freguesia onde as pessoas possam fazer chegar essa informação e, com base nisso, comunicar à EDP.

Por fim e em relação às lombas, o Presidente da Junta referiu que toda a gente tem opinião em relação a esse assunto, e que a Junta de Freguesia está sempre receptiva a ouvir as opiniões e implementar as soluções mais adequadas e menos gravosas para o conforto da população. No entanto alertou para o facto de todos saberem que há estradas na freguesia onde se praticam velocidades que não são aceitáveis, mesmo havendo sinalização adequada e até semáforos.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Rui Passadouro que questionou o Presidente da Junta relativamente à existência de tantos sinais de limite de velocidade 40 ao longo da Rua Principal da Bidoeira de Cima, uma vez que o limite de velocidade normal dentro das localidades é 50.

Respondendo ao Sr. Deputado Rui Passadouro, o Presidente explicou que essa sinalização é colocada pela Câmara Municipal, esclareceu que desconhece a razão e considera até um convite ao desrespeito pelos limites de velocidade impostos, um convite à fiscalização coerciva e por vezes pouco ética das autoridades policiais. Para complementar a sua opinião deu o exemplo dos sinais de limite de velocidade 50 no IC2.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, sendo esta acta elaborada de acordo com os presentes e assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e pelos Srs. Secretários da Assembleia de Freguesia.

Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário